

## **a era dos projetos e negócios de impacto social: ações e reflexões**

## **the era of social impact projects and businesses: actions and reflections**

*Maria Rita Lustosa Junqueira Villela*  
Diretora de Pesquisa do Instituto E.V.A.  
Rio de Janeiro - Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8002-5798>

DOI: <https://doi.org.10.5281/zenodo.10793578>

### **Editorial**

Nos orgulhamos de lançar o primeiro Dossiê da revista *Letramento Socioambiental* que reúne reflexões sobre Educação Socioambiental e suas possíveis relações com inovação de impacto social.

A partir das experiências compartilhadas pelos autores que contribuem suas reflexões para este Dossiê, deseja-se adensar as discussões sobre inovação de impacto social e seus potenciais nexos com a Educação. Como pano de fundo, este Dossiê busca promover uma maior compreensão do campo socioambiental brasileiro, que vive atualmente um momento particular.

Assuntos atrelados aos conceitos de sustentabilidade, justiça social, mudanças climáticas e biodiversidade, dentre outros, estiveram legados à esfera da sociedade civil até o início dos anos 2000 e, portanto, eram mantidos à margem do debate público mais geral. Este cenário parece ter mudado recentemente e - nos últimos anos - estes temas se tornaram centrais em todos os setores da sociedade.

Primeiramente, é preciso destacar que projetos de impacto social não são novos. O fato de que a palavra *impacto* não era usada no passado não significa que o trabalho de instituições filantrópicas, inclusive e principalmente as religiosas, historicamente tão presentes no Brasil, por exemplo, não geravam “impacto social” a partir de suas práticas.

Ocorre que, nos últimos 20 anos, com o surgimento de fenômenos ligados ao campo da responsabilidade social corporativa, os projetos sociais tornaram-se objetos de disputa por legitimidade e protagonismo entre organizações não-governamentais e empreendimentos privados. E nos últimos anos, em particular, com o despertar da agenda ASG (Ambiente, Sociedade e Governança) eles vêm ganhando ainda mais relevância e atenção. Assim, modelos de projetos sociais que outrora operavam no campo da sociedade civil, enfrentando a saga da baixa profissionalização e escassez de recursos próprias do Terceiro Setor, hoje são demandados

também pela iniciativa privada, essa mais estruturada do ponto de vista institucional e econômico.

Com a entrada de novos atores nesse cenário da inovação social de impacto, as regras do jogo também mudaram: a disputa por recursos é fundamentada, também, na capacidade de mensurar resultados com acuidade e transparência. Como fica claro no artigo de *Alan Maia*, Fundador da OSCIP *Agência do Bem*, as organizações sem fins lucrativos, ao profissionalizarem práticas de monitoramento e avaliação, demonstram comprometimento com mensurabilidade de impactos e transparência de resultados, algo que não se cogitava no passado.

Do mesmo modo, empresas privadas que aderem aos chamados “projetos de impacto social” buscam, cada qual à sua maneira, processos e produtos que visem uma maior coerência do ponto de vista da sustentabilidade, sempre com os olhos postos em relatórios de impacto e comunicação de resultados. Ora, é evidente que qualquer organização que trabalhe no campo social deseje ver a mudança promovida por seus projetos, mas o fato de que essa mudança hoje deve ser traduzida em termos de *impacto* nos inspira a fazer algumas reflexões sobre a própria história do emprego do termo.

Um estudo publicado em 2022 sobre a presença de “impacto social” na literatura acadêmica revela que em uma amostra de 924 artigos produzidos entre 1969 e 2020, 71% dos que tratam do termo foram publicados nos últimos 10 anos (ALOMOTO; NIÑEROLA & PIÉ 2022).

O uso dessa terminologia ganha força à medida que organizações governamentais, privadas e não-governamentais buscam adotar indicadores que sejam capazes de medir a efetividade de suas ações. Essa mudança de léxico aponta para a tentativa de tornar mais visível e mensurável o impacto dos projetos e só pode ser realizada com a profissionalização das instituições sociais. Tal mudança paradigmática se dá, em parte, devido a mudanças no próprio sistema de financiamento dessas organizações.

Se, no passado, sobretudo na década de 1990, organizações sociais no Brasil eram majoritariamente financiadas por organizações filantrópicas internacionais, frequentemente religiosas, hoje o financiamento para projetos no campo da sustentabilidade vem de diversas fontes, tais como: institutos privados, editais públicos, fundos temáticos internacionais e nacionais, organizações sem fins lucrativos que fazem a gestão de recursos para agendas específicas, dentre outras. Logo, vemos que se ampliou o leque de fontes de financiamento e também, conseqüentemente, a demanda por sistematização da mensuração de impactos sociais e ambientais.

O ecossistema de projetos de impacto social esbarra em alguns desafios centrais:

- a) Como esperar que pequenas organizações comunitárias, cujas estruturas institucionais carecem de oportunidades de

- profissionalização produzam reflexão e conhecimento sobre suas práticas com o rigor esperado pelas entidades financiadoras?;
- b) Como não reproduzir desigualdades, já tão presentes na sociedade, também na distribuição de financiamento de impacto social?;
  - c) Quanto tempo as organizações financiadoras estão dispostas a esperar ou a flexibilizar suas demandas por indicadores a depender do nível de amadurecimento institucional?;
  - d) Como apoiar organizações no desenvolvimento de indicadores que façam sentido para seu propósito?;
  - e) Como os financiadores podem impulsionar organizações sociais que precisam de apoio administrativo, para além do financiamento para execução de projetos, com o hoje “investimento paciente”?, e
  - f) Como não prejudicar a inovação no campo social com demandas cada vez mais burocráticas que demandam investimentos que, muitas vezes, organizações jovens não têm como atender?

Além do recorte geográfico da distribuição desses recursos, cabe comentar também sobre a desigualdade de financiamento dentro das próprias agendas desse *ecossistema de impacto*.

A título de exemplo, quando a questão climática ganhou espaço no debate público no início dos anos 2006, graças à divulgação do *Relatório Stern* e à estreia do videodocumentário “*Uma verdade inconveniente*”, do ambientalista, ex-Senador ex-Vice-Presidente dos Estados Unidos, Al Gore, ela era analisada a partir das seguintes três chaves:

- 1) Mitigação;
- 2) Adaptação, e
- 3) Educação.

Hoje, a agenda do financiamento climático nunca esteve tão em voga. Contudo, o que parece estar acontecendo é que o pilar da Educação perdeu espaço nessa arena. Muito se fala em financiamento para importantes investimentos em novas políticas e tecnologias, que diminuam emissões ou ajudem a adaptar o mundo aos cenários climáticos previstos, mas pouco se tem falado na formação dos cidadãos que viverão nesse mundo.

Aqui faço uma defesa de linhas de financiamento de iniciativas de impacto ligadas à Educação Socioambiental e climática, na Educação formal e pública. Afinal, quem no futuro se encarregará de construir esse mundo adaptado às mudanças climáticas? Quem contribuirá para a tão almejada transição para uma sociedade de baixo carbono? Alguém que só aprendeu sobre sustentabilidade e mudanças climáticas quando chegou no mercado de trabalho?

Se desejamos sujeitos políticos envolvidos nesse assunto, é certo que precisamos formá-los desde a mais tenra infância. Contudo, esse tipo de

mudança não se dá por projetos de curto prazo, com resultados imediatos. Na Educação, precisamos de investimentos cujos impactos sejam notados, com escala de, no mínimo, 10 anos, ou seja: uma geração.

Três dos relatos deste dossiê tratam de vivências em organizações não-governamentais sem fins lucrativos e duas delas versam sobre iniciativas de empreendimentos da iniciativa privada. O que as une é que todas essas experiências buscam compartilhar aprendizados sobre inovações no campo do *impacto social* em diferentes contextos, do quilombo à favela, passando pelas OSCs, institutos e empresas.

Como pano de fundo teórico, o Dossiê abre com o artigo “*Governança reflexiva: Educação Socioambiental e comunidades sustentáveis*” de Bruna Lessa-Bastos sobre o conceito em construção. Neste estudo, a autora oferece uma revisão de literatura sobre o conceito e aponta para uma tendência de expansão de práticas de monitoramento e avaliação institucionais dentre iniciativas de impacto social. Como estudo de caso, a autora reflete sobre em que medida o *Projeto EVA em Araras*, implementado pelo *Instituto E.V.A.* ao longo do ano de 2023, contribuiu para avançar a *governança reflexiva* no *Colégio Estadual de Araras*, no Município de Petrópolis, Rio de Janeiro.

Com uma seleção de indicadores quantitativos e qualitativos, a autora traz a voz de estudantes que participaram do projeto, para ilustrar reflexões sobre os processos de aprendizagem vivenciados a partir da formação de seus professores em Educação Socioambiental. São indícios iniciais, portanto insuficientes, mas que já demonstram a ocorrência de mudanças na capacidade de exercitar reflexão crítica a partir do projeto, por parte de gestores, professores e estudantes do Colégio. A promoção da cidadania socioambiental, através da formação de professores gerou, para além da reflexão crítica e interesse sobre o local, um nível relevante de engajamento na *ação sobre o território local*.

O artigo de Alan Maia intitulado “*Da palavra fácil à frieza dos dados: o desafio da demonstração de impacto nos projetos sociais*”, descreve e discute experiências adquiridas na trajetória de consolidação da OSCIP *Agência do Bem*, fundada por ele em 2005 no Rio de Janeiro e reconhecida em 2023 como uma das *Melhores ONGs do Brasil*.

O autor apresenta o percurso de profissionalização dos sistemas de mensuração de impacto da organização, através do amadurecimento de indicadores e da metodologia de coleta de dados. Seu relato permite entender que a imaturidade institucional de muitas organizações do Terceiro Setor dificulta o processo de avaliação. Maia corrobora esta percepção com o dado compartilhado em artigo, de que 73% dos 2.187 empreendedores entrevistados pela pesquisa “*Mapa de Negócios Socioambientais*” (2024) ainda não acompanham de maneira estruturada seus indicadores de impacto. O autor defende que mesmo diante dos desafios, esse tipo de prática pode sim alavancar a visibilidade e conferir

legitimidade institucional, o que pode fortalecer mecanismos de captação de recursos.

A entrevista com a economista e empreendedora de impacto social *Gabriella Seiler*, intitulada “*Empreendedorismo de impacto social*”, fala dos desafios da mobilização de recursos para inovação com inclusão. A entrevistada destaca que a maior parte da inovação no campo da tecnologia se concentra nos países de alta renda e estão restritos - ainda - a instituições marcadas pela prevalente presença de homens, brancos, de alto poder aquisitivo e de regiões privilegiadas do globo.

Promover uma mudança nesse eixo tem sido parte central de seus esforços, exemplificados pelo seu mais recente e aclamado empreendimento junto ao *Instituto Serrapilheira*: a fundação de um centro de pesquisa em ecologia tropical que pretende pôr o Brasil no centro da produção de conhecimento científico sobre o tema - e, desde o início, com a perspectiva da inclusão interseccional.

Sobre inovação também trata a entrevista coletiva de estudantes do Ensino Médio da *Escola Americana do Rio de Janeiro* realizada com a cineasta, bióloga e empreendedora *Olivia Rabacov*, fundadora da marca de protetores solares veganos *Mami Wata*. Tal entrevista, intitulada “*A história por trás da Mami Wata*” é reveladora em conteúdo e forma: a história dessa marca, repleta de desafios e superações, pode ser contada graças a uma dinâmica liderada por estudantes que desenvolveram perguntas e conduziram todo o processo da entrevista, desde a preparação do campo até sua consolidação final, em texto com qualidade de publicação.

Tal experiência, que colocou os estudantes no centro do processo de aprendizado, mostra que quando orientados de uma forma estruturada, estudantes podem experimentar, na prática e com autonomia, processos científicos de produção de conhecimento - o que exige conhecimento, interesse e disposição dos professores para essa prática de ensino e aprendizagem.

Este Dossiê fecha com o depoimento de vivências “*Ensinamentos de um quilombo*”, de *Cristiane Sanchez*, sobre sua experiência com um projeto de inclusão digital em um quilombo há quase duas décadas. Em um primeiro momento, o projeto esbarra na falta de interesse, engajamento e confiança da população local, que não era capaz de ver sentido na oferta de computadores para a comunidade.

A narrativa da autora lembra a vivência de Clifford Geertz, ao fazer sua etnografia sobre a luta de galos em Bali. Em “*Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa*” (GEERTZ, 1926) o autor conta da desconfiança que encontrou dentre os balineses, que se recusaram a conversar com ele ou com sua esposa logo que se mudaram para a comunidade. Foi apenas depois que os dois foram obrigados a fugir da polícia durante uma das brigas de galo (que ele estudava) que aquele grupo social passou a considerá-los dignos de confiança.

Similarmente, Sanchez relata que o ponto de virada da iniciativa de inclusão digital no quilombo - cujo primeiro dia de atividades havia sido frustrante no sentido de engajar a comunidade - foi quando a equipe do projeto mudou a estratégia das oficinas e iniciou o dia na casa de farinha, local central para a economia local. Foi só então que os participantes do projeto passaram a compreender formas em que a inclusão digital poderia ajudá-los a alavancar suas já estabelecidas práticas locais.

Este Dossiê reflete as muitas facetas e transformações transcorridas ao longo do tempo no campo socioambiental com foco em experiências de inovação que almejam ter impacto social. Se outrora os projetos socioambientais ficavam enquistados em nichos da sociedade, hoje todos os setores - governamental, empresarial, sociedade civil, mídia, academia, etc. - estão envolvidos, precisam ou desejam se envolver com essa agenda.

A profissionalização do campo é desejável e salutar - como sustenta Maia - contudo - como nos lembra Seiler - não devemos ignorar que desigualdades estruturais tendem a ser reproduzidas também na distribuição de recursos.

Em resumo, por um lado as organizações sociais precisam ser formadas e profissionalizadas para atender às demandas por indicadores críveis de mensuração de impacto e, por outro, as organizações financiadoras precisam se comprometer com o seu desenvolvimento, se é que desejam demandar - como prerequisite - tais indicadores de impacto, de tal maneira que estes sejam condizentes com as realidades das organizações que apoiam ou desejam apoiar.

Em última instância, quando falamos do *ecossistema de impacto social* no campo da Educação, estamos tratando de projetos - sobretudo pedagógicos e formadores - cujos resultados mais vultosos só se verão no médio e longo prazos e por isso precisam ser avaliados a partir de critérios específicos e escalas temporais ajustadas às realidades locais nas quais as iniciativas estão inseridas.

## Referências

ALOMOTO, W.; NIÑEROLA, A. & PIÉ, L. (2022). "Social Impact Assessment: A Systematic Review of Literature". *Soc Indic Res* 161, 225–250.

Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11205-021-02809-1>

Acesso em: 06/03/2024.

GEERTZ, C. (1926). "Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa". *A interpretação das culturas* I ed., IS. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

Disponível em:

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4873108/mod\\_resource/content/2/A%20Interpretação%20das%20Culturas%20-%20Capítulo%209\\_compressed.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4873108/mod_resource/content/2/A%20Interpretação%20das%20Culturas%20-%20Capítulo%209_compressed.pdf)

Acesso em: 06/03/2024.